
FOGO: CONHECER PARA CONTROLAR/ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA FEDERAL EM TERRITÓRIO INDÍGENA NO BRASIL

FIRE: KNOW TO CONTROL / ENVIRONMENTAL EDUCATION STRATEGIES IN FEDERAL PUBLIC ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN INDIGENOUS TERRITORY IN BRAZIL

FUEGO: SABER PARA CONTROL / ESTRATEGIAS DE EDUCACIÓN AMBIENTAL EN GESTIÓN AMBIENTAL PÚBLICA FEDERAL EN TERRITORIO INDÍGENA DE BRASIL

Ana Rosa Marques¹

RESUMO: A educação ambiental no processo de gestão ambiental pública federal, no IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), ocorre com o uso de metodologias participativas, e por meio do Prevfogo atua na prevenção aos incêndios junto às populações mais vulneráveis e expostas aos impactos ambientais ocasionados pelos incêndios florestais, principalmente nas áreas protegidas, como Terras Indígenas. Nesse contexto está inserido este trabalho, como uma memória de um projeto em desenvolvimento junto à Terra Indígena Araribóia, desde o ano de 2017, sob a coordenação do Núcleo de Educação Ambiental no estado do Maranhão, devido à urgência de conter os avanços dos incêndios florestais nessa área protegida, que teve mais de 45% de seu território transformado em cinzas nos anos de 2015 e 2016. Apresenta os objetivos do projeto e as estratégias utilizadas em seu desenvolvimento, através de oficinas de sensibilização para a questão do fogo.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Gestão Ambiental Pública. Incêndios Florestais. Terra Indígena Araribóia.

ABSTRACT: Environmental education in the federal public environmental management process, at IBAMA (Brazilian Institute of the Environment and Renewable Natural Resources), occurs with the use of participatory methodologies, and through Prevfogo, it works to prevent fires among the populations that are most vulnerable and exposed to environmental impacts caused by forest fires, mainly in protected areas, such as Indigenous Lands. In this context, this work is inserted, as a memory of a project under development with

¹ Profª Drª Departamento de História e Geografia/Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)/Universidade Estadual do Maranhão/Analista Ambiental IBAMA/MA. E-mail: anclaros46@gmail.com.

Artigo recebido em outubro de 2020 e aceito para publicação em dezembro de 2020.

the Araribóia Indigenous Land, since 2017, under the coordination of the Environmental Education Center in the state of Maranhão, due to the urgency of containing the advances of forest fires in this protected area, which had more than 45% of its territory turned to ashes between the years of 2015 and 2016. It presents the objectives of the project and the strategies used in its development, through workshops to raise awareness of the issue of fire.

Keywords: Environmental Education. Public Environmental Management. Forest Fires. Araribóia Indigenous Land.

ABSTRACTO: La educación ambiental en el proceso de gestión ambiental pública federal, en IBAMA (Instituto Brasileño de Medio Ambiente y Recursos Naturales Renovables) ocurre con el uso de metodologías participativas, y a través de Prevfogo actúa en la prevención de incendios entre las poblaciones más vulnerables y expuestas. a los impactos ambientales provocados por los incendios forestales, principalmente en áreas protegidas como: Tierras Indígenas. En este contexto, este trabajo se inserta, como memoria de un proyecto en desarrollo cerca de la Tierra Indígena Araribóia, desde 2017, bajo la coordinación del Centro de Educación Ambiental en el estado de Maranhão, debido a la urgencia de contener los avances de los incendios forestales. en esta área protegida, que tuvo más del 45% de su territorio convertido en cenizas en los años 2015 y 2016. Se presentan los objetivos del proyecto y las estrategias utilizadas en su desarrollo a través de talleres de sensibilización sobre el tema del fuego.

Contraseñas: Educación ambiental. Gestión ambiental pública. incendios forestales. Tierra indígena Araribóia.

INTRODUÇÃO

O Brasil tem em sua Constituição Federal de 1988, no inciso VI, artigo 225, a necessidade de “promover a EA em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Ampliando essa questão, a Lei 9795/1999 dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (regulamentada pelo Decreto 4281/2002). Essa Lei define a EA como “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

A educação ambiental, no processo de gestão pública no IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), ocorre com o uso de metodologias participativas, com vistas ao controle social na elaboração e execução de políticas públicas, envolvendo os cidadãos e cidadãs prioritariamente de forma coletiva na gestão dos recursos ambientais e nas atividades que envolvem a qualidade do meio ambiente.

O Prevfogo (Centro Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais), uma unidade vinculada à DIPRO (Diretoria de Proteção Ambiental) do IBAMA, atua na prevenção aos incêndios junto às populações mais vulneráveis e expostas aos impactos ambientais ocasionados pelos focos de calor e emissão de gases tóxicos ao ar por meio das queimadas e incêndios florestais, e principalmente nas áreas protegidas como: Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e assentamentos federais da Reforma Agrária.

Nesse contexto está inserido este trabalho, como uma memória de um projeto em desenvolvimento junto a Territórios Indígenas, sob a coordenação do NEA/IBAMA/MA (Núcleo de Educação Ambiental) no estado do Maranhão, onde devido à urgência de conter os avanços dos incêndios florestais no interior dessas Áreas Protegidas - em especial na Terra Indígena Araribóia, de 413 mil hectares, que teve mais de 45% de seu território transformado em cinzas, 250 homens atuaram para conter uma linha de fogo que chegou a ter 100 quilômetros de extensão, em outubro de 2015.

Nesta área onde vivem cerca de 12 mil indígenas da etnia Guajajara e 80 da Awá-Guajá (que não possuem nenhum contato com nenhum outro grupo indígena e vivem em um sistema original, em isolamento em meio à Floresta), além do fogo que a atinge periodicamente em toda estação seca, também é afetada por invasões para roubo de madeira de maneira sistemática, caça predatória, entre outros ilícitos. O que justificou a escolha deste território para um projeto de Educação Ambiental com vistas na proteção territorial desta área em questão, foi a necessidade e urgência de uma política mais eficaz de proteção das terras indígenas que contemplasse uma melhor gestão do território como um todo, minimizando assim o risco de incêndios, a degradação ambiental causada pela atividade madeireira ilegal, entre outros impactos ambientais que ocorrem nesta região.

Portanto, foi iniciado em 2017 um projeto de educação ambiental pelo NEA/IBAMA/MA em conjunto com o Núcleo do PREVFOGO/MA, que teve como objetivo geral: contribuir e apoiar os esforços para a educação, sensibilização e instrumentalização da educação ambiental mediante instrumentos e práticas de formação de multiplicadores, lideranças indígenas e de assentamentos. Também foram levadas informações através de material educativo de sensibilização e reflexão sobre queimadas, incêndios florestais, suas causas e consequências, bem como alternativas de produção, com uso da teoria e práticas demonstrativas de Sistema Agroflorestal, conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

SOBRE A BASE TERRITORIAL E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE GESTÃO PÚBLICA

A premissa básica desse trabalho em tela terá como entrada a concepção territorial, seguindo embasamento na compreensão do território como nos ilumina Paul E. Little (2002, p. 03) que, para compreender a territorialidade das populações tradicionais, tem-se como ponto de partida a abordagem territorial.

Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou homeland (cf. Sack 1986: 19, como um significado que faz referência à Estado-nação. [...]) O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado.

Seguindo essas premissas sobre o território indígena, onde mesmo tendo as roças familiares e o uso dos recursos, a terra é de uso coletivo, não tem o caráter privado como na sociedade dos “brancos”. O autor afirma que, de fato, “a noção de propriedade privada da terra não existe nas sociedades indígenas. [...] A terra e seus recursos naturais sempre pertenceram às comunidades que os utilizam, de modo que praticamente não existe escassez, socialmente

provocada, desses recursos” (LITTLE, 2002, p. 08). E completa: “As múltiplas sociedades indígenas, cada uma delas com formas próprias de inter-relacionamento com seus respectivos ambientes geográficos, formam um dos núcleos mais importantes dessa diversidade”

A concepção do projeto tem se apoiado na compreensão que um grupo social tem em relação ao seu respectivo território, no caso, os indígenas Guajajara da TI Araribóia, com base no conceito de cosmografia,

[...] definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002, p. 04).

Seguindo uma linha histórica, Saquet (2013) analisa o território sob quatro tendências, sobre as quais podemos destacar alguns períodos históricos desta categoria considerada complexa, multiescalar e dinâmica, o que tornou-se uma preocupação para os geógrafos, pois os conceitos de território e territorialidade são fundamentais para a compreensão dos sujeitos e processos na perspectiva socioespacial. Destas tendências a terceira dá “ênfase às dinâmicas política e cultural, simbólico-identitária, tratando de representações sociais, centrada na fenomenologia” (SAQUET, 2013, p. 15), sendo que por intermédio da relação com o fenômeno no local construímos assim uma gama de conhecimentos e experiências de maneira interdisciplinar.

Essa relação simbólica com o território é muito perceptível durante o desenvolvimento das atividades junto com a comunidade da TI Araribóia, incluindo também os brigadistas indígenas que compõem o Programa do Prevfogo neste território.

Já a territorialidade, a partir da reflexão de Sack (1986), faz-nos refletir sobre um conjunto de práticas e suas manifestações, *materiais e simbólicas*, efetivas para garantir a apropriação e o controle do território. Essas práticas são de um agente social, do Estado, de agentes sociais e de empresas.

Nesse sentido, a territorialidade, além de abordar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. Sack afirma também:

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (SACK, 1986, p. 219).

Santos *et al.* (2000, p. 12) descreve o território como recurso, prerrogativa dos “atores hegemônicos”, e o território como abrigo dos “atores hegemonzados”. Nessa perspectiva, Haesbaert (2014) analisa a legalidade e a ilegalidade do território enquanto campo de poder:

Tanto dinâmicas ligadas aos grupos subalternos podem fazer uso desse jogo entre o legal e o ilegal, estando ora dentro de um território “legal”, ora dentro de um território “ilegal” (num trânsito que podemos denominar de

transterritorialidade), quanto dinâmicas ligadas aos grupos hegemônicos (HAESBAERT, 2014, p. 10).

Essas concepções sobre o território nos auxiliam a perceber a complexidade de interesses que existem no interior da TI Araribóia, que tem uma quantidade enorme de aldeias espalhadas por um imenso território, diversas frentes de retirada de madeira ilegal, caça predatória, ameaças à vida dos indígenas, entre outras questões.

Com base nestas abordagens do território e territorialidade foi feita a formatação do projeto, idealizado para tentar minimizar as ocorrências de incêndios florestais neste território, incluindo também as outras questões conflituosas já mencionadas anteriormente.

Buscando fazer a correlação com a prática da gestão ambiental pública, a ocorrência de assimetrias entre grupos sociais que ocorrem neste território, devido a vários fatores de ordem histórica - resultantes da forma como o Estado brasileiro conduziu a questão indígena até o momento presente - provocam a quase inexistência de políticas que viabilizem a defesa dos direitos dos povos em questão. E como nos ensina Quintas (2008), a Educação Ambiental no processo da gestão ambiental pública busca mitigar essas assimetrias em meio a séculos de injustiça perante esses povos originários.

Neste sentido, é fundamental a inserção da política de Estado na prática da gestão ambiental pública, buscando uma forma de minimizar os conflitos existentes e também de promover a sensibilização para a busca de alternativas mais sustentáveis para as práticas existentes na Terra Indígena, no sentido de promover a restauração da Floresta, que tem sido consumida principalmente pelos contínuos incêndios, como foi relatado anteriormente.

Nas últimas décadas do século XX, os debates referentes à questão ambiental ganharam destaque, principalmente no eixo das políticas públicas. Notou-se a pressão em relação ao desenvolvimento de propostas e ações para responder aos inúmeros problemas decorrentes do modelo acelerado de crescimento. Na visão de Loureiro (2003, p. 12):

[...] a educação sendo uma prática social cujo fim é o aprimoramento humano naquilo que pode ser apreendido e recriado a partir dos diferentes saberes existentes em uma cultura, de acordo com as necessidades e exigências de uma sociedade.

Para que haja mudança de algo é fundamental conhecer o fenômeno que se quer mudar. Acreditamos que a tomada de consciência que impede a qualidade de vida almejada pela comunidade que desenvolve seu processo de Educação Ambiental é favorecida pelo conhecimento da realidade global e local, do contexto em que determinado problema situa-se, sendo este conhecimento produzido nos próprios caminhos teóricos e práticos seguidos para a solução do problema.

Loureiro e Saisse (2014, p. 110) fortalece esse papel da educação na gestão ambiental pública, seguindo essa linha onde:

A especificidade da educação na gestão ambiental pública foi levantada pela primeira vez no encontro dos coordenadores dos NEAs, mas a conceituação de gestão ambiental pública começou a ser discutida em 1992, quando, conjuntamente à criação do Ministério do Meio Ambiente, a empresa de consultoria Price Waterhouse/Geotécnica foi contratada para elaborar um plano de reforma que visava o fortalecimento institucional do IBAMA (PRICE WATERHOUSE-GEOTÉCNICA, 1992). Foi fundamental, naquele momento de reforma da instituição, a participação

dos servidores para o entendimento da proposta e para a adequação da estratégia de reformulação. O documento final produzido teve como elemento geral de referência o desenvolvimento sustentável, nos moldes em que o conceito avançava hegemonicamente (LOUREIRO, 2012a) naquele período, compatibilista com o padrão capitalista de desenvolvimento, e se propunha a conciliar desenvolvimento e manutenção de suporte dos ecossistemas. (LOUREIRO; SAISSE, 2014, p. 110).

Esse resgate histórico sobre a institucionalização dos Núcleos de Educação Ambiental no IBAMA demonstra que nos tempos da década de 1990, fortalecida pela ocasião da realização da ECO 92 aqui no Brasil, expõe de certa maneira como se deu o início da inserção da EA como uma política pública de Estado, seguindo diretrizes que vêm de encontro com a busca por diminuição dos graves impactos ambientais e sociais que o Brasil estava vivendo naquele momento histórico, e que de algum modo continuam a se agravar até o momento presente.

Quintas (2008) nos ensina que:

[...] concepção de Educação Ambiental deve ser assumida para tornar viável a intervenção qualificada, coletiva e organizada dos grupos sociais, principalmente daqueles historicamente excluídos, nos processos decisórios sobre a destinação dos recursos ambientais? Na tentativa de responder esta pergunta, os educadores do IBAMA, a partir dos anos 90, vêm construindo uma proposta, denominada Educação no Processo de Gestão Ambiental, com o apoio de pesquisadores e educadores de universidades, organizações da sociedade civil e de outras instituições parceiras. Disponível em <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental> Acesso em 25/09/2020.

Essa proposta de Educação iniciada no IBAMA ainda no final do século XX, possui âncoras que foram se fortalecendo no decorrer das décadas, a medida que os projetos de educação ambiental foram sendo desenvolvidos, e é parte de uma construção permanente apesar de diversas dificuldades enfrentadas no fazer e implantar essa política em questão. É uma reflexão constante, e passa por avaliações sobre os processos que estão caminhando comemorando os acertos e redimensionando os erros detectados. Seguindo os ensinamentos de Paulo Freire (1976, p. 66), “somente os seres humanos que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se desde, porém, que sua reflexão não se perca numa vaguidade descomprometida, mas se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante”. Quintas (2008) destaca que a educação no processo de gestão ambiental une o ato de conhecer com o ato de agir, colocando os sujeitos da ação educativa como protagonistas da sua história.

Seguindo muito o que está Lei 9795/99:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 25/09/2020.

Nos inserimos no componente não-formal da educação ambiental, em um processo contínuo seqüencial de atividades no decorrer de três anos consecutivos, promovendo sensibilização para o engajamento da sociedade indígena na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente dos territórios em questão.

Assim, essa forma de intervenção qualificada da realidade é onde está alicerçado este projeto em desenvolvimento, que aborda questões sócio-ecológico-ambientais nos campos não formais de Educação Ambiental. Discorre sobre a dimensão cultural, ético-estética, a diversidade e alteridade dos grupos sociais indígenas, buscando fazer uma análise sobre as estratégias de ações de Educação Ambiental com a comunidade indígena da TI Araribóia, visando o manejo de ecossistemas, ações de proteção e conservação de ambientes voltados às sociedades sustentáveis.

ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PÚBLICA PARA A PREVENÇÃO À INCÊNDIOS, CAMINHOS TRILHADOS

A questão do fogo é considerada um dos principais problemas ambientais da atualidade. O fogo é utilizado há muito tempo, desde quando o ser humano começou a sua origem no início da idade da pedra, que quando descobriu o fogo alterou toda a forma como a sociedade de seres humanos viviam, possibilitando a fixação dos grupos e a prática da agricultura, que culminou no processo de fixação das sociedades. O controle do fogo causou uma mudança dramática nos hábitos dos primeiros homínidos. Além da geração de luz e calor, o fogo possibilitou o cozimento de alimentos, aumentando a variedade de nutrientes disponíveis. O calor produzido pelo fogo permitiu a sobrevivência em climas e regiões mais frias e mantinha os predadores à distância. Disponível em <https://www.educamaisbrasil> Acesso em 25/09/2020.

Estas breves considerações sobre uso do fogo nos ilumina para entender o contexto da atualidade, mas especificamente nas áreas de Amazônia Legal, onde existe a grande incidência de focos de calor no Brasil, que anualmente gera uma emissão de gases de efeito estufa para a atmosfera, visto que as queimadas e incêndios florestais são as maiores responsáveis por este índice no nosso país. Estes incêndios são considerados crimes ambientais, segundo a Lei n 9.605 de 1998, que:

Art. 41. Provocar incêndio em mata ou floresta:

Pena - reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo, a pena é de detenção de seis meses a um ano, e multa.

Art. 42. Fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano:

Pena - detenção de um a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Considerando assim a importância dos povos indígenas para a manutenção e equilíbrio de toda essa sociobiodiversidade, com um conjunto muito enriquecedor de potencialidades referente ao Patrimônio Genético do Planeta Terra como um todo. Neste sentido, as estratégias aqui apresentadas são fruto de atividades de Educação Ambiental no âmbito da gestão territorial pública federal visando contribuir para diminuição das ocorrências de incêndios florestais com o estudo de caso da TI Araribóia/Maranhão.

As atividades são desenvolvidas por meio de Oficinas de formação de multiplicadores em Educação Ambiental, com uso de metodologias participativas como: mapa falado e levantamento e visualização dos problemas e possíveis soluções a partir da construção de matrizes de análise e estruturação de idéias onde os participantes desenvolvem propostas de ações em Educação Ambiental para serem desenvolvidos em seus territórios. No caso em suas aldeias.

Os conteúdos trabalhados nessas oficinas são elaborados em consonância com as necessidades de cada território e suas adjacências, com foco na questão do fogo descrita aqui de uma forma sucinta: Nea/ Prevfogo - ações e a importância da Educação Ambiental para a diminuição do número de queimadas e incêndios florestais em Terras Indígenas; principais causas das queimadas e dos incêndios florestais; infraestrutura do território, recursos hídricos, recursos florestais, uso do solo, recursos faunísticos, áreas degradadas pelo fogo; alternativas ao uso do fogo e conjuntos de práticas agroecológicas para recuperação de nascentes e áreas degradadas; diagnóstico sobre o uso do fogo; manejo integrado do fogo: contextualização sobre a questão e papel das comunidades indígenas na prevenção dos incêndios florestais; legislação ambiental (relacionada ao fogo); plano de ações elaborado pelos participantes para ser executado com a comunidade indígena. O total da carga horária é de 24 horas.

Seguindo essa proposta, foram realizadas 3 oficinas na TI Araribóia, desde o ano de 2017 até o ano de 2019, nas aldeias: Juçaral, Zutiwa e Patizal (TI Aratibóia), com a participação de em média 60 indígenas em cada, entre lideranças, mulheres e jovens. (Figura 1)



Fonte: Arquivo NEA/IBAMA/MA, 2018.

Figura 1. Início da Oficina na Aldeia Patizal (2018).

Os primeiros momentos são marcados pela ritualística de boas vindas, com a participação dos caciques, lideranças e os integrantes indígenas, num processo de respeito e integração entre os que vêm de fora para com os que habitam o território ancestral indígena. Há um momento destinado para a cantoria na língua indígena materna e dança tradicional, como forma de respeito e valorização da cultura indígena.

Após a abertura das oficinas, tem-se a construção da matriz dos ecossistemas, onde os participantes são divididos em grupos para conversar e refletir de uma forma geral sobre os impactos ambientais no solo, água, ar, fauna, flora e cultura (Figura 2), expressando assim a sua percepção sobre a conservação da natureza em seu território nos tempos atuais. Se neste momento houver no grupo dificuldade com a escrita da língua portuguesa, também são realizadas essas atividades por meio de desenhos ou de forma oral.



Fonte: Arquivo NEA/IBAMA/MA, 2017.

Figura 2. Matriz dos ecossistemas elaborada durante a Oficina na Aldeia Zutiwa.

A partir das discussões em grupo, a maioria dos participantes explanaram que estão enfrentando problemas com a falta de água em algumas aldeias. No período seco, alguns cursos d'água estão secando, como o rio Zutiwa (que é o próprio nome de uma das Aldeias), devido principalmente, segundo a percepção dos participantes, à ocorrência de muitas queimadas nas margens dos rios e riachos das Terras indígenas, demonstrando assim que estão enfrentando problemas de diminuição da água em seu território.

Em relação à fauna, que no universo indígena é chamado de caça, um alimento tradicional da cultura indígena, permitido pela Lei 6.001/dez/1973 – Estatuto do Índio:

Art. 24. O usufruto assegurado aos índios ou silvícolas compreende o direito à posse, uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas, bem assim ao produto da exploração econômica de tais riquezas naturais e utilidades. [...]

§ 2º É garantido ao índio o exclusivo exercício da caça e pesca nas áreas por ele ocupadas, devendo ser executadas por forma suasória as medidas de polícia que em relação a ele eventualmente tiverem de ser aplicadas.

Caça esta que está diminuindo, segundo relatos dos participantes, devido aos incêndios e, também, à prática de caça predatória por parte de não-índios que invadem o território. Têm a percepção de que os animais dependem do ciclo da natureza e indicam o fogo como causa desse desequilíbrio. É muito comum a discussão sobre a escassez do mel por causa da diminuição das abelhas, das árvores frutíferas e roças queimando antes do tempo e do gasto a mais com a saúde pública por causa dos problemas respiratórios.

Essa questão da diminuição dos recursos naturais é sempre problematizada durante a apresentação da matriz dos ecossistemas, principalmente em relação ao desmatamento, uma prática ilegal que atinge a Terra Indígena em diversos pontos, pois existem os grandes remanescentes da Floresta Amazônica no seu interior. Destacam que os antepassados se sustentavam dos recursos da natureza, mas hoje não dá para sobreviver com o que se tem, sendo necessária ajuda externa para prover a alimentação das comunidades. Indicam a necessidade de recuperação das áreas atingidas por incêndios periódicos para o retorno da Floresta que foi perdida pelo fogo e pelo desmatamento ilegal.

A respeito da cultura, relataram que está representada nas danças, nas pinturas corporais, na língua, nas tradições. Citaram como aspectos negativos as festas que deixaram de existir em algumas regiões como: a festa do mel, da mandioca, do milho, dos rapazes, e que somente em algumas aldeias ainda acontece a festa do moqueado (festa da menina-moça). Explicaram, em sua visão, o motivo para a quase extinção destas festas: a falta de valorização e o desmatamento. Complementaram dizendo que a cultura depende das florestas porque é de lá que vem a música, a medicina, o artesanato e as caças. Em relação ao artesanato, colocaram que este ficou muito prejudicado por causa do desmatamento e da extinção de animais e que, por causa disso, usam penas de galinha no Cocar em substituição às penas de outros pássaros que eram usadas anteriormente.

Por fim, é comum relacionarem a floresta, os animais, e todo o sistema da biodiversidade com a cultura indígena, compondo a identidade que os une. Expõem uma verdadeira ligação com o meio ambiente, porém relatam que os costumes mudaram por causa da urbanização: as cidades cresceram no entorno da TI, a língua materna, principalmente, tem sido afetada, e as ervas medicinais já não são tão utilizadas e encontradas como antigamente nas aldeias.

Após a reflexão e discussão por meio da matriz dos ecossistemas, fizemos uso da técnica do diagnóstico do uso do fogo na área de suas aldeias, para trazer para a discussão mais esta questão das queimadas e incêndios florestais, bem como formas para a diminuição dessas ocorrências. Dialogamos em um formato de roda de conversa, procurando expor a importância do papel da comunidade indígena nesta questão.

Nesses diagnósticos do uso do fogo, os principais problemas são sempre apontados como: queimadas para roça no toco, caça, pesca e extrativismo vegetal, além do vandalismo. Existe uma tradição cultural de realizar queimadas para o cultivo de roças, parte onde é feita a sensibilização sobre esta questão, indicando o uso de aceiros para a prevenção. Indicando também para esta questão uma integração com as Brigadas Indígenas, frutos do trabalho do Prevfogo, que atuam desempenhando função preventiva no território. São contratadas durante

o período mais suscetível aos incêndios, o da estiagem, que dura seis meses e, neste caso, fazendo plano de queima de roças em conjunto com as comunidades indígenas, tentando diminuir assim as ocorrências de incêndios que possam ser gerados no interior do território.

Para ampliar o diagnóstico sobre a situação socioambiental na qual se encontra a TI Araribóia, foi desenvolvido em todas as oficinas o mapa falado do território da TI Araribóia, que ocorre por meio de um desenho ampliado no chão, participativamente com os integrantes das oficinas. Neste momento é discutida a situação das áreas que foram queimadas em anos anteriores, a questão dos recursos hídricos, o desmatamento, o lugar onde são feitas as roças, os acessos por onde ocorre a retirada ilegal de madeira e, claro, a importância de cada um no processo de proteção territorial.

As orientações para o desenvolvimento do mapa falado ocorrem por meio da divisão de grupos com os seguintes temas: infraestrutura (delimitação do território, estradas de acesso, localização das aldeias, roças); recursos hídricos (lagos, rios, nascentes); recursos florestais (mata); áreas degradadas pelo fogo e pelo desmatamento; áreas de reprodução da fauna; áreas de presença dos indígenas isolados.

Primeiro, o grupo da infraestrutura faz o desenho da delimitação do território e os acessos, sinalizando a localização das principais aldeias e roças. Em seguida, os outros grupos vão inserindo num processo dialógico, sob a facilitação da Educadora Ambiental, as características de cada tema, utilizando recursos como folhas (que geralmente representam a floresta), gravetos (áreas desmatadas/ queimadas), pedras (fauna/caça) e assim por diante. Ao final é aberta a fala para comentários sobre a experiência desenvolvida e uma discussão sobre o território, suas fragilidades e suas potencialidades. Posteriormente, é elaborado um croqui por algum dos participantes para ser apresentado em seguida, resultado do processo de construção do mapa falado. Uma sequência didático-pedagógica simplificada, porém, que traz muitos comentários sobre os temas trabalhados e, também, uma visualização mais abrangente do território. (Figura 3).



Fonte: NEA/IBAMA/MA, 2017.

Figura 3. Sequência didática e pedagógica do desenvolvimento do Mapa Falado em campo, Aldeia Zutiwa, TI Araribóia.

Ao final das oficinas, são elaborados os planos de ações, que são apresentados aos grupos, divididos por aldeias, para serem executados após a realização das oficinas. Essa estratégia foi incorporada no desenvolvimento das atividades como forma de iniciar uma primeira abordagem sobre o uso da linguagem de projetos, por meio de um formulário

simplificado que contém os seguintes itens: título da ação; período de realização; objetivo (o que queremos?); metodologia (como vamos fazer?); parceiros (quem pode ajudar?); e equipe responsável pela ação (os nomes e contatos dos integrantes).

Os planos de ações são orientados para que sejam o mais simples possível, com real possibilidade de realização, e em sua maioria são direcionados à realização de reuniões com a comunidade das aldeias sobre os conteúdos trabalhados e apresentados nas oficinas, propostas de restauração de nascentes, palestras sobre prevenção de incêndios florestais com o apoio dos brigadistas indígenas do Prevfogo, entre outros temas relacionados à questão da conservação dos recursos naturais do território indígena.

Foi feita uma avaliação posterior sobre a realização dos planos de ações elaborados durante as oficinas, e temos uma estimativa de realização de 50% dos planos elaborados, que nos traz um retorno sobre a efetividade das oficinas realizadas e também uma forma de monitoramento para propostas futuras na área em questão.

Nos foi relatado em outras oportunidades, no ano de 2019, em reuniões com lideranças indígenas da TI Araribóia, que atualmente têm notado o retorno da caça e também de frutas nativas que utilizam para sua alimentação, bem como o retorno de algumas nascentes, fatos estes que ainda precisam ser estudados por meio de pesquisas científicas, porém que nos estimulam a continuar nosso trabalho de educação ambiental no processo de gestão ambiental para ampliar ainda mais a restauração das áreas que foram atingidas pelos grandes incêndios de 2015 e 2016.

Seguimos assim por essas rotas já trilhadas, que nos ensinam a cada dia que realmente o caminho se faz caminhando, num processo de aprendizagem mútua com as comunidades indígenas da TI Araribóia que muito têm a nos ensinar sobre a cosmologia indígena e que têm a natureza como sua parceira de vida. Ainda há muito a aprender com esses povos originários e deixo aqui meus sinceros agradecimentos por ter tido essa oportunidade única de crescer como gente perante tanta sabedoria ancestral representada pelos povos da floresta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de educação ambiental continua em um processo contínuo, com atividades já realizadas neste ano de 2020, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas com a pandemia do Coronavírus. A partir do mês de agosto, devido a chegada do período seco, estamos em total alerta e também em atividades essenciais junto aos territórios indígenas em conjunto com a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), com realização de atividades de campo, seguindo todos os protocolos de segurança necessários de prevenção à essa doença, para apoiar as atividades das brigadas federais e estimular ainda mais a comunidade no movimento de conservação da sociobiodiversidade que envolve as terras indígenas no Maranhão.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- FREIRE, P., **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- HAESBAERT, R. Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, p. 1-17, jun., 2014a.

- HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014b.
- LITTLE, P.E., **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Brasília, 2002. (Série Antropologia, 322).
- LOUREIRO, C. F. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política.** Rio de Janeiro: Quartet, 2003.
- LOUREIRO, C. F.; SAISSE, M. Educação ambiental na gestão ambiental pública brasileira: uma análise da SEMA ao ICMBio. **R. Educ. Públ.** Cuiabá, v. 23, n. 52, p. 105-129, jan./abr. 2014.
- QUINTAS, J. S. A. **Dimensão socioambiental na gestão ambiental pública: uma contribuição para repensar a estrutura regimental do IBAMA e do ICMBIO.** BRASÍLIA, 2008 (doc. mimeo).
- SACK, R. **Human territoriality: its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986. (Tradução livre da autora).
- SANTOS, M. et al. O papel ativo da Geografia: um manifesto. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12., 2000, Florianópolis. **Anais [...].** Florianópolis, 2000.
- SAQUET, M. **Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão.** *In*: SAQUET, M. (Org.). **Estudos territoriais na ciência geográfica.** São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 47-74.

SITES CONSULTADOS

- <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/prehistoria>
- https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/
- Lei 9.795/1999 Disponível em www.planalto.gov.br
- Lei 9.605/1998 Disponível em www.planalto.gov.br
- Lei 6.001/dez/1973 – Estatuto do Índio. Disponível em www.planalto.gov.br
- Constituição Federal 1988 Disponível em www.planalto.gov.br
- Documentos técnicos consultados:
- BRASIL, (NEA/PREVFOGO/IBAMA/MA) **Relatório da Oficina de multiplicadores em prevenção e educação ambiental no tema queimadas e incêndios florestais.** TI Araribóia/ Aldeia Zutiwa- Amarante/Ma, 2017.
- BRASIL, (NEA/PREVFOGO/IBAMA/MA) **Relatório da Oficina de multiplicadores em prevenção e educação ambiental no tema queimadas e incêndios florestais.** TI Araribóia/ Aldeia Juçaral- Amarante/Ma, 2017.
- BRASIL, (NEA/PREVFOGO/IBAMA/MA) **Relatório da Oficina de multiplicadores em prevenção e educação ambiental no tema queimadas e incêndios florestais.** TI Araribóia/ Aldeia Patizal- Arame/Ma, 2018.